

ANEXO ÀS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO:

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Identificação: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP

Endereço: Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

Tutela: Educação

Regime Jurídico: Instituto Público

Regime Financeiro: Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio – Decreto Lei nº98/2011(revisto pelo Decreto Lei 132/2014).

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

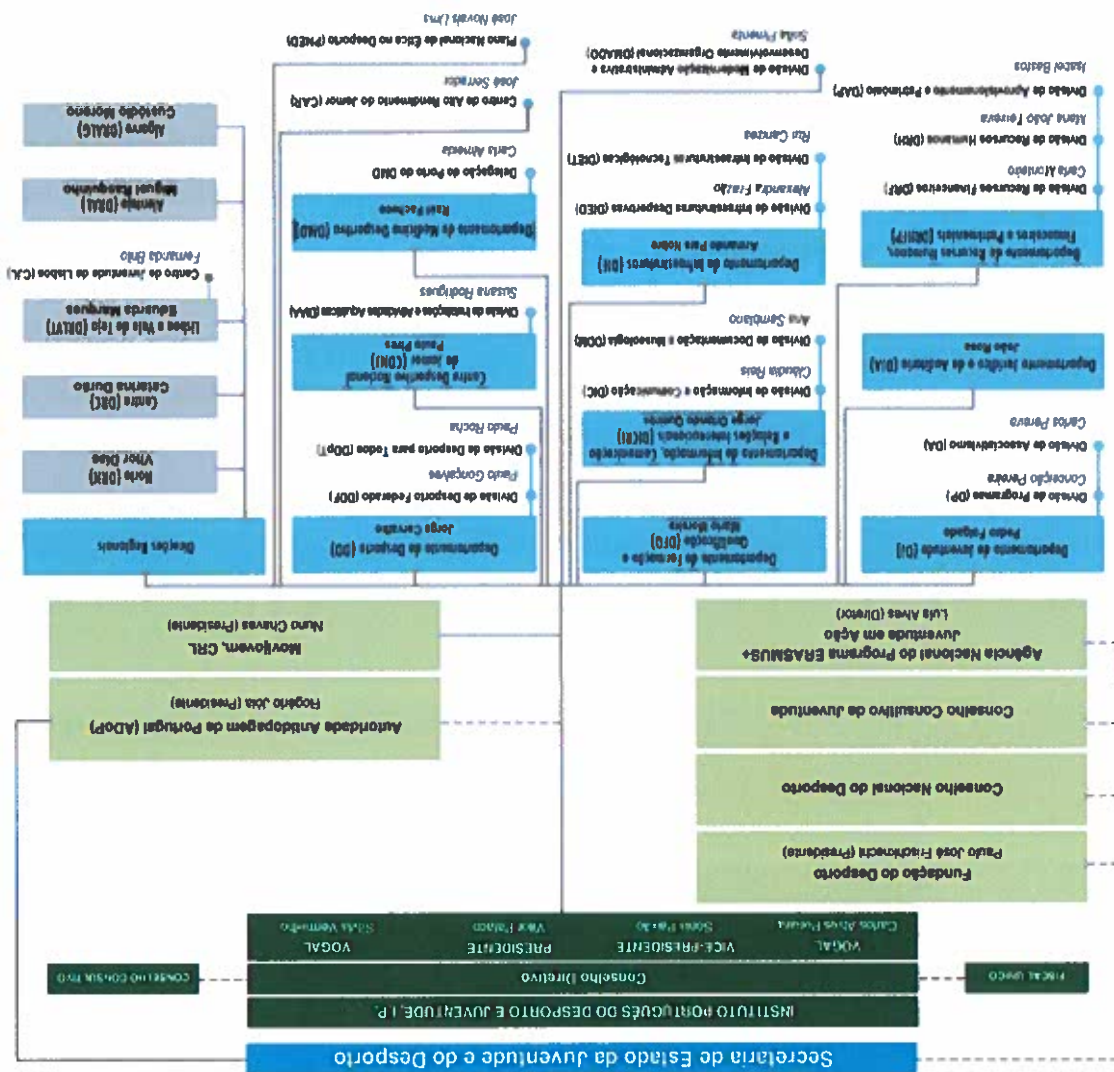
Descrição Sumária das Atividades

As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;

- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetadas para a prossecução da sua atividade;
- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de formação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

Organograma



Recursos Humanos

- 1 — O IPDJ, I. P., é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por presidente, vice-presidente e dois vogais, respetivamente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus.
- 2 — É, também, órgão do IPDJ, I. P., o fiscal único.
- 3 — É, ainda, órgão do IPDJ, I. P., o conselho consultivo do IPDJ, I. P.

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2019 e 2018

Cargo/Carreira/Grupo	2019	2018
Dirigente Superior de 1º grau	1	1
Dirigente Superior de 2º grau	4	4
Dirigente Intermédio de 1º grau	15	15
Dirigente Intermédio de 2º grau	15	15
Técnico Superior	156	138
Assistente Técnico	126	130
Assistente Operacional	21	23
Informático	4	5
Pessoal de Investigação Científica	1	1
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico e Secundário	6	7
Médico	7	7
Enfermeiro	1	1
Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	7	2
Técnico Superior de Saúde	1	
Avenças / Tarefas	56/29	67/35

1.2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

a) Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal para o setor público, definidas no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro diploma este que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, e aprova igualmente a quinta alteração ao Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto -Lei n.º 36 - A/2011, de 9 de março, e pelas Leis nºs 66 -B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro.

O SNC-AP integra a estrutura conceitual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto Lei, e que dele fazem parte integrante.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orgamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

A Sociedade encontra-se abrangida pelas normas e disposições do diploma que criou o SNC-AP por ser considerada uma entidade pública;

b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

31/12/2019		31/12/2018	
Quantas disponíveis para uso	Totais	Quantas disponíveis para uso	Totais
Meios financeiros líquidos constantes do balanço			
Conta			
100 026,07	100 026,07	22 684,44	22 684,44
36 590 144,13	36 590 144,13	30 839 465,26	30 839 465,26
-465 104,42	-465 104,42	-22 429,26	-22 429,26
36 225 065,78	36 225 065,78	30 839 720,44	30 839 720,44
Total de caixa e depósitos			

c) O IPDJ tem como norma e obrigatoriedade legal dotar a conta bancária do IGCP, E.P.E. com parte significativa das suas disponibilidades.

2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCP 3)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCP 5)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCP 15)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos

Fornecedores e outras dividas a terceiros

responsabilidades, bem como informaçãõ histórica dos saldos vencidos e não recebidos. entidade tem em consideraçãõ informaçãõ de mercado que demonstre que o cliente estã em incumprimento das suas objetivamente e de forma quantificãvel, que a totalidade ou parte do saldo em divida não serã recebido. Para tal, a por imparidade. As Perdas por imparidade sãõ registradas em seqüência de eventos ocorridos que indiquem, existe alguma evidência objetiva de que não sãõ recuperãveis. Se assim for e de imediato reconhecida a respectiva perda No final de cada período de relato sãõ analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se As dividas de clientes ou de outros terceiros sãõ registradas ao custo ou ao custo amortizado.

Clientes e outras dividas de terceiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCP 18)

respetivas dos ativos subsidiados. Patrimônio líquido e reconhecidos na Demonstraçãõ dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações Os subsídios ao investimento não reembolsãveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis sãõ registrados no condições exigidas para a sua concessãõ. Os subsídios de entidades públicas, sãõ reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as

SUBSIDIOS E APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS**RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)**

a receber. O rendimento proveniente das prestações de serviços e reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante O rendimento e valorizado pelo justo valor da contraprestaçãõ recebida ou a receber.

RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)

de um influxo econômico futuro de recursos. contingentes não sãõ reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provãvel a existência

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCP 18, são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e, depósitos no Tesouro imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente e na rubrica de Financiamentos obtidos.

CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL (NCP 26)

- a) O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou reclassificada ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

- b) A presente Norma aplica -se a todas as entidades sujeitas ao SNC -AP, devendo o relato consubstanciar-se nas demonstrações orçamentais que se destinam a satisfazer as necessidades de utilizadores que não estejam em posição de exigir relatórios elaborados para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação.

2.2 – Outras políticas contabilísticas de relevância.

A Sociedade não aplica outras políticas contabilísticas de relevância.

Não houve alterações em estimativas contabilísticas materialmente relevantes e, não existem quaisquer erros materialmente relevantes de registar.

- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- Regionais;
- e) Disponibiliza informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- d) Faculta informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho
- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- O SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas Públicas (NCP), finalidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas:

suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

A empresa no exercício económico de 2018, passou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das

anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

2.5 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período

conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar,

quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte):

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo baseou-se no melhor conhecimento e na

experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

2.3 - Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das

ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA

3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 – Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;

3.2 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos intangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo deduzido das respetivas amortizações.

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público								
Histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	5 065 394,78	-4 612 942,48		452 452,30	5 805 205,98	-4 968 833,08		836 372,90
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	5 065 394,78	-4 612 942,48		452 452,30	5 805 205,98	-4 968 833,08		836 372,90

b) Métodos de amortização usados;

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

A amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve começar quando o ativo estiver disponível para uso.

As taxas de amortização são calculadas de acordo com a vida útil estimada, e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2, que substituiu a Portaria nº671/2000 de 17 Abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

início e no fim do período

d) Quantidade escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no

o Classificador Complementar 2

As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil estimada e nomeadamente tendo em conta

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

a vida útil estimada.

O método de depreciação utilizado é o da depreciação anual pelo método das quotas constantes, de acordo com

b) Métodos de depreciação usados

depreciações.

Os ativos fixos tangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo e ao custo revalorizado deduzido das respetivas

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantidade escriturada bruta

4.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

como, ao próprio portal do IPDJ.

As aquisições efetuadas em 2019 no montante de 739.811 Euros respeitaram essencialmente a desenvolvimentos aplicativos e plataformas de gestão de programas de apoio ao associativismo jovem, bem

Rubricas	Quantia escriturada		Adições		Transferências		Transferências		Transferências		Transferências		Transferências		Transferências		Transferências		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	
Programas de computador e sistemas de informação	452 452,30	739 811,20																	
Total	452 452,30	739 811,20	452 452,30	739 811,20															



(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79			14 180 321,79	14 180 321,79			14 180 321,79
Edifícios e outras construções	71 016 473,18	28 201 142,64		42 815 330,54	73 167 407,49	31 525 598,75		41 641 808,74
Equipamento básico	6 020 608,13	4 529 075,02		1 491 533,11	6 487 194,65	4 876 083,64		1 611 111,01
Equipamento de transporte	745 575,74	710 440,10		35 135,64	745 575,74	740 935,42		4 640,32
Equipamento administrativo	3 734 291,50	3 433 720,07		300 571,43	3 837 262,91	3 590 211,28		247 051,63
Outros ativos tangíveis	1 738 880,12	1 434 794,75		304 085,37	1 795 302,23	1 522 404,07		272 898,16
	97 436 150,46	38 309 172,58		59 126 977,88	100 213 064,81	42 255 233,16		57 957 831,65
Ativos fixos tangíveis em curso	61 802,58			61 802,58	5 996,25			5 996,25
	61 802,58			61 802,58	5 996,25			5 996,25
Total	97 497 953,04	38 309 172,58		59 188 780,46	100 219 061,06	42 255 233,16		57 963 827,90

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando:

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada	Variações no período								Quantia Escriturada Final (10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+ (6)+(7)+(8)+(9)
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições líquidas de depreciações acc.	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79									14 180 321,79
Edifícios e outras construções	42 815 330,54	2 150 934,31				3 324 456,11				41 641 808,74
Equipamento básico	1 491 533,11	466 586,52				347 008,62				1 611 111,01
Equipamento de transporte	35 135,64					30 495,32				4 640,32
Equipamento administrativo	300 571,43	102 971,41				156 491,21				247 051,63
Outros ativos tangíveis	304 085,37	56 422,11				87 609,32				272 898,16
	59 126 977,88	2 776 914,35				3 946 060,58				57 957 831,65
Ativos tangíveis em curso	61 802,58	5 996,25							-61 802,58	5 996,25
	61 802,58	5 996,25							-61 802,58	5 996,25
Total	59 188 780,46	2 782 910,60				3 946 060,58			-61 802,58	57 963 827,90

As principais aquisições de Ativos Fixos Tangíveis ocorridas no presente exercício, verificaram-se nas rubricas "Edifícios e Outras Construções" e "Equipamento Básico". Relativamente ao "Equipamento Básico" cerca de 104 mil euros desta rubrica foram gastos na aquisição de um equipamento de análise para a ADOP (Autoridade Anti Dopagem), sendo as restantes verbas afetas na aquisição de equipamento diverso para o Complexo Desportivo do Jamor e restantes delegações.

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

5 – RENDIMENTO DE TRANSACÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Depreciações reconhecidas nos resultados	
Diminuições		Total	
2019	2018	2019	2018
		3 324 456,11	3 295 341,14
		347 008,62	288 185,83
		30 495,32	35 133,84
		156 491,21	153 343,74
		87 609,32	84 911,24
		3 946 060,58	3 856 915,79

(valores expressos em euros)

4.3 - Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos

4.2 - Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Em 31 de Dezembro de 2019, não existe qualquer ativo fixo tangível dado como garantia de passivos.

Relativamente aos "Edifícios e Outras Construções" em que as aquisições ascenderam aos 2,15 milhões euros, estão sobretudo contabilizadas empreitadas (trabalhos de requalificação e beneficiação) no complexo do Jamor, tendo orgada a mais significativa em 107 mil euros (requalificação mecânica da central térmica da pista de atividades náuticas).

5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente de

a) Vendas e Prestação de Serviços

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Vendas		
Publicações e Impressos		
Outras	6	280 460
	<u>6</u>	<u>280 460</u>
Prestações de serviços		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	602 249	334 635
Centro Desportivo da Lapa		
Centro Desportivo Nacional do Jamor	1 475 504	1 539 264
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	74 987	30 685
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	97 110	75 920
Complexo Desportivo de Lamego		
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	16 852	91 955
Direcção Regional do Alentejo	1 259	15 498
Direcção Regional do Algarve	2 803	7 054
Direcção Regional do Centro	4 646	37 148
Direcção Regional do Norte	5 013	13 226
Laboratório de Análises de Dopagem	109 031	122 785
Museu Nacional do Desporto	619	3 041
Outras prestações de serviços	324 648	501 105
	<u>2 714 721</u>	<u>2 772 316</u>

6 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Estes subsídios, destinados ao investimento (Pista de Atletismo, e Carta Desportiva), encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 2, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2019 o montante de 149.655,41 euros.

Para além disso, existem ainda mais programas que envolvem subsídios à exploração (onde se incluem fundos comunitários) e que foram reconhecidos como rendimentos do período de acordo com os gastos incorridos num montante total de 1.730.141 Euros. Entre os mais relevantes apresenta-se:

- Projetos SAMA 675.476 Euros

- Voluntariado Jovem p/ Florestas 400.293 Euros
- Semana Europeia do Desporto 262.080 Euros
- Projeto Eupasmos 226.464 Euros
- FCT – Fundação p/ Ciência e Tecnologia (Internet Segura) 57.030 Euros
- Projeto Be Active Games 50.434 Euros

6.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os valores reconhecidos nos resultados e no património líquido eram os seguintes:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período de 2019		Período de 2018		
	Bem-Resultados	Quantias reconhecidas em resultados do período	Bem-Resultados	Quantias reconhecidas em resultados do período	
Subsídios reconhecidos com ativos	Carta Desportiva	88 253,09	61 402,32	88 253,04	61 402,32
Totais		Totais			
	149 655,41	149 655,41	149 655,41	149 655,36	149 655,36

7 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2019, mantiveram-se as provisões constituídas à data, conforme quadro seguinte:

Provisão	Quantia escrita Inicial		Aumentos		Diminuições		Total	Quantia escrita Final	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)			(7)
Impostos, contribuições e taxas	2 051 757,01	992 628,86					951 088,77		2 093 297,10
Garantias a clientes	2 051 757,01	992 628,86					951 088,77		2 093 297,10
Total		2 051 757,01	992 628,86			951 088,77		2 093 297,10	

Processos judiciais em curso



As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pela Entidade e pelos seus advogados, destinando-se a provisão existente em 31 de dezembro de 2019, a fazer face em grande medida aos seguintes processos judiciais:

- Processo ABB (reversão de 951 mil euros em 2019) 600.000 Euros
- Processos junto da Autoridade Tributária 860.480 Euros
- Processo TAF de Coimbra (Maria Elisabete Guerra) 225.180 Euros
- Processo TAF do Porto (GAMP) 102.808 Euros

8 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019.

No entanto, e mesmo sem impacto (direto) no exercício de 2019, à data da apresentação do presente relatório, vive-se a nível mundial uma situação bastante complexa derivada da Pandemia COVID-19, cujo impacto não é passível de ser apurado à data de elaboração deste relatório. Neste sentido, será prioridade do IPDJ acautelar todos os esforços de forma a minimizar o impacto negativo esperado em futuros exercícios.

Entendemos, no entanto, que a continuidade das operações da empresa não será afetada, cingindo-se o efeito da Pandemia, previsivelmente, ao ano corrente.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

9.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 2

Categorias de ativos e passivos financeiros

9.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Cientes/Fornecedores/Acionistas/Estado/Outros créditos a receber e a pagar/ Pessoal / Diferimentos/Financiamentos obtidos

O saldo da rubrica "Clientes" incorpora 2,1 milhões de euros de dívidas com mais de 24 meses e que dizem maioritariamente respeito a Federações Desportivas. Estas entidades, no âmbito da Utilidade Pública Desportiva possuem poderes públicos delegados mantendo uma relação continuada com este Instituto, o que naturalmente viabilizará a recuperação das dívidas identificadas pelo que, não têm sido consideradas quaisquer imparidades sobre as mesmas. As restantes dívidas com mais de 24 meses e que respeitem a outras entidades serão alvo de uma análise individualizada durante o exercício de 2020, desenvolvendo o IPDJ simultaneamente todas as diligências necessárias para a regularização das mesmas.

O saldo da rubrica "Outras Contas a Receber" contempla 16,9M Euros relativos a Acréscimos de Rendimentos (dos quais 15,3M Euros da Santa Casa). Para além disso, e decorrente dos constrangimentos evidenciados na operação de fusão do IDP e IPJ (mera integração dos balancetes das entidades fundidas, não tendo sido objeto de certificação legal das contas), foram identificadas diversas inconsistências e divergências que não estão identificadas.

Assim, em 2015, como forma de obviar esta situação, optou-se por isolar na rubrica "Os Outros Devedores/Credores - A Regularizar", o conjunto de operações/movimentos não identificados (relacionados com o processo de fusão), não existindo ainda informações que permitam concluir definitivamente quanto à exigibilidade destes saldos e quanto à forma da sua regularização. Estes ajustamentos somam do lado do Ativo 29,5M Euros.

O Conselho Diretivo do IPDJ, L.P. que entrou em funções em setembro de 2018 entende que na presente data não dispõe de elementos suficientemente objetivos que o habilitem a tomar uma decisão inequívoca quanto a este assunto, atendendo a que esta operação irá ter um impacto bastante relevante no Balanço da entidade.

Do saldo evidenciado na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", 100.026 Euros dizem respeito a "Caixa" sendo o restante valor de Depósitos no Tesouro e na Banca Comercial. Refira-se ainda que no último dia do ano foram efetuados um conjunto de pagamentos (mais de 5M Euros) que só foram descontados nos bancos em 2020, pelo que os saldos contabilísticos são significativamente inferiores aos reais, no fecho do exercício.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	Quantia escriturada		Análise					Dívidas	
	Atual	Compras	Letras de câmbio de juro maior	Letras de câmbio de juro menor	Outras	Alieações	Perdas de juro maior	Perdas por imparidade	Outras
Ativos financeiros ao custo original menos imparidade	2 676 522,73				162 437,04				
Clientes	46 016 624,76				416 559,73				
Caixa e Depósitos bancários	10 839 720,44				5 385 345,34				
Totais	79 532 867,93				5 964 342,11				
Quantia escriturada final									85 497 210,04

Em 31 de dezembro de 2019, estas rubricas relativamente aos *ativos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

Anexo às Contas - Exercício 2019

Em 31 de dezembro de 2019, as rubricas relativamente aos *passivos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	2019									
	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo										
Fornecedores	5 811,06				4 507,53					10 318,59
Estado	180 593,01				13 967,11					194 560,12
Outras contas a pagar	7 775 766,98				391 099,62					8 166 866,60
Diferimentos	1 445 227,48								-425 716,26	1 019 511,22
Totais	9 407 398,53				409 574,26				-425 716,26	9 391 256,53

- O saldo da rubrica Outras Contas a Pagar inclui 6,4M Euros correspondentes aos saldos credores da rubrica "Os Outros Devedores/Credores – A Regularizar". Para além disso, estão aqui refletidos 1,8M Euros de Acréscimo de Gastos, nomeadamente 1,4M Euros relativos a remunerações a liquidar em 2019 e 431 mil euros relativos a Fornecimentos e Serviços Externos.
- O saldo da rubrica *Diferimentos* corresponde essencialmente aos rendimentos diferidos de "Subsídios" onde constam os valores relativo aos projetos da "Pista de Atletismo e Campo de Râguebi", do "Projeto Eupasmos" e do "Programa Erasmus" respetivamente de 921.036 Euros, 93.374 Euros, e 5.102 Euros.
- O saldo da rubrica Fornecedores está influenciado pelo facto das faturas só serem lançadas no sistema contabilístico no momento do pagamento
- O saldo da rubrica Estado inclui: 37.788 Euros relativos a IVA , 156.732 Euros relativos a contribuições sociais, e 40 Euros relativos a retenção de rendimentos, todos respeitantes ao mês de dezembro de 2019.

Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o património líquido do IPDJ, apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2019	31-12-2018
Património/Capital	87 513 425,49	87 513 425,49
Resultados transitados	45 330 097,86	39 324 244,44
Ajustamentos em ativos financeiros	(235 329,02)	316 557,10
Resultado líquido do período	5 521 569,51	6 106 789,92
Totais	138 129 763,84	133 261 016,95

Entidade Participada	Participação detida		Balanco da Entidade Participada	
	%	Valor	Capital próprio	Resultado liquido
Movijovem	80,0%	4 363 870	5 454 837	361 665
Fundação da Juventude	13,5%	557 766	4 131 599	99 620
Fundação do Desporto	40,9%	395 272	965 741	28 737
		<u>5 316 907</u>	<u>10 552 177</u>	<u>490 022</u>
Método de Equival Patrimonial				
Justo Valor				
Método de Equival Patrimonial				
Mensuração do Investimento				
				<u>31.12.2019</u>

investimento.

No quadro seguinte evidenciamos as participações detidas, bem como, o método utilizado para a mensuração do

- Movijovem 4.363.869,60 Eur
- Fundação da Juventude 644.710,751 Eur
- Fundação do Desporto 395.271,17 Eur

Euros discriminado pelas seguintes participadas:

Em face do exposto a rubrica de Investimentos Financeiros totaliza à data de 31.12.19 o valor global de 5.316.906,63

participações Financeiras do IPDJ na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto.

Os Interesses em Outras Entidades estão contemplados na rubrica "Investimentos Financeiros" que expressa as

10 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

em 2019.

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 133.261.016,95 Euros em 2018 para 138.129.763,84 Euros

- Movijovem -816.326 Euros
- Fundação do Desporto 264.439 Euros

às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas, na seguinte forma:

Relativamente aos "Ajustamentos em Ativos Financeiros" a diminuição de 551.886,12 Euros relativa a 2019 foi relativa

devolução do Saldo de Gerência do exercício de 2018.

Os restantes movimentos realizados nos "Resultados Transitados" no montante de 100.937 Euros resultaram da

transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

O resultado liquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de 6.106.789,92 euros, foi

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Discriminação da conta "Fornecimentos e Serviços Externos":

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2019	31-12-2018
Electricidade	990 880,46	997 553,09
Combustíveis	75 102,92	93 846,90
Água	345 658,69	337 719,20
Outros fluidos	269 053,96	290 629,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 884,41	20 430,22
Livros e documentação técnica	19 996,87	11 796,67
Material de escritório	32 892,38	33 255,73
Artigos para oferta e de Publicidade e Divulgação	75 028,39	14 966,34
Materiais de Consumo	16 426,65	1 489,22
Artigos de Higiene e Limpeza	6 084,37	985,48
Rendas e alugueres	994 487,87	925 130,42
Comunicação	249 374,88	249 175,72
Seguros	182 321,01	169 661,72
Transportes de mercadorias	12 660,52	20 758,81
Transportes de pessoal	13 566,70	
Deslocações e estadas	421 118,51	191 421,04
Honorários	860 509,36	1 101 186,32
Conservação e reparação	729 817,82	914 580,33
Publicidade, Comunicação e Imagem	476 658,32	456 343,09
Limpeza, higiene e conforto	1 026 986,93	904 511,26
Produtos Químicos e de Laboratórios	290 471,40	
Vigilância e segurança	1 363 047,19	1 396 099,45
Trabalhos especializados	2 016 309,92	1 842 913,88
Licenças	470 312,09	296 131,79
Outros fornecimentos e serviços	889 060,70	1 108 547,78
Totais	11 834 712,32	11 379 133,55

Em termos gerais os FSE aumentaram 4% face ao ano anterior, contribuindo para a oscilação desse aumento de gastos, temos essencialmente as rubricas dos "Trabalhos Especializados", "Deslocações e Estadas" e "Licenças". Os mesmos encontram-se fundamentados nas deslocações e prestações de serviços relativos à Conferencia Mundial de Ministros da Juventude e à aquisição de uma Licença de software e serviços conexos no modelo de Enterprise Agreement Subscription (EAS) e Azure, ao abrigo do Acordo Quadro à Microsoft.

Refira-se ainda que para um maior nível de informação foi criada este ano a conta "Produtos Químicos e de Laboratórios" que anteriormente estava integrada na conta "Outros Fornecimentos e Serviços", e que se refere a gastos relativos à ADOP (Autoridade Anti-Dopagem) principalmente ao nível dos reagentes e materiais de análises clínicas.

A rubrica "Rendimentos Suplementares" integra 314 mil euros de arrendamentos de espaços que anteriormente estavam a ser contabilizados de forma agregada em "Prestações de Serviços".

A rubrica "Correções relativas a períodos anteriores" contempla pagamentos devidos pelo IPDJ em anos transatos que foram alvo de reembolso em 2019.

Dos 301 mil euros contabilizados em "Rendimentos entidades associadas" pelo método de equivalência patrimonial, 289 mil euros são relativos à participação na Movijovem e 12 mil euros à Fundação do Desporto.

Discriminação	31-12-2019	31-12-2018
Rendimentos suplementares	342 901,94	
Recuperação de Contas a Receber	88 897,51	72 272,79
Correções relativas a períodos anteriores	431 252,90	244 429,92
Subsídios para investimento	149 655,41	149 655,36
Rendimentos em entidades associadas (MEP)	301 093,90	
Totais	1 313 801,66	466 358,07

(valores expressos em euros)

c) Discriminação da conta "Outros Rendimentos"

A rubrica "Outros Custos com o Pessoal" engloba essencialmente (159 mil euros) remunerações por doença.

O aumento que se verificou em Gastos com Pessoal é justificado com o descongelamento das carreiras e respetivas progressões e ainda com a integração dos trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP.

Discriminação	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações dos órgãos diretivos	337 120,76	290 929,21
Remunerações do pessoal	7 752 048,09	7 208 089,93
Benefícios Pós Emprego	12 593,58	1 931,69
Indemnizações	7 957,89	22 545,95
Encargos sobre remunerações	1 927 909,68	1 794 545,73
Outros custos com o pessoal	184 802,18	169 626,48
Totais	10 222 432,18	9 487 668,99

(valores expressos em euros)

b) Discriminação da conta "Gastos com o Pessoal"

d) **Discriminação da conta "Outros gastos":**

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2019	31-12-2018
Impostos e Taxas	17 488,35	17 783,12
Correcções relativas a períodos anteriores	8 788,45	50 491,95
Totais	26 276,80	68 275,07

Lisboa, 29 de junho de 2020

O Conselho Diretivo



João Pereira

Leidy MUR

